

Apreciado na reunião da
CACDLG de 10-05-2023

Ex.mo Senhor

Deputado Fernando Negrão

Dignm.º Presidente da Comissão Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e
Garantias

Assunto: Audição da Ministra da Justiça (requerimento ao abrigo de direito potestativo)

Exm.º Senhor Deputado,

A recente polémica à volta da demissão de Frederico Pinheiro, ex-Adjunto do Gabinete do Ministro das Infraestruturas, que marcou o último fim de semana, tem sido notícia pelas declarações contraditórias dos envolvidos, designadamente o Primeiro-Ministro, o Ministro das Finanças e o dito Adjunto, pelo envolvimento de quem não prestou qualquer declaração (a Ministra da Justiça) e, principalmente, pelo envolvimento em todo este enredo do Serviço de Informações de Segurança, convocado por um destes intervenientes para recuperar o computador pessoal do Adjunto, alegadamente contendo informação confidencial.

A intervenção do SIS num caso de polícia é a pedra angular de toda esta trama, algo que ninguém esperaria e que necessita de ser explicado pelos intervenientes identificados acima e, bem assim, por outros que já foram identificados em anteriores requerimentos do Chega.

Em reunião da Comissão de 3 de maio p.p., este requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS, a abstenção do PSD e os votos a favor dos restantes partidos, pelo que os signatários concluem que algum interesse esta audição deve ter, para esclarecimento dos factos acima indicados.

O Ministro das Infraestruturas vai ser ouvido em breve sobre esta questão, entre outras na Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no artigo 104.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, os Deputados signatários solicitam à Comissão que tome as medidas necessárias para a realização da audição da Senhora Ministra da Justiça, com a urgência que se justifica.

Palácio de S. Bento, 4 de maio de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Pinto

Bruno Nunes